

### **A questão de gênero no curso Proeja-Ifes-Vitória**

Vitória-ES, 15 de maio de 2014

*Reginaldo Flexa Nunes*

Professor de Ensino Básico e Tecnológico

A questão do conhecimento e do gênero nos cursos de jovens e adultos tem que ser considerada não só apenas na abordagem científica – sistemático, metódico, deliberado –, mas também no relacionamento entre conhecimento e escola pois não se pode reduzir ao cientificismo o processo ensino-aprendizagem. É preciso considerar outras formas de conhecimento presentes nas relações e ações dos sujeitos envolvidos na escola: conhecimento estético, religioso e afetivo (OLIVEIRA, 2011).

A narrativa – tanto oral como escrita - tem sido apontada pelos estudiosos “como uma possibilidade de abordagem desses conhecimentos” (OLIVEIRA, 2011. p.251). Para Gramsci (apud DORE, 2012. p.48, grifo meu):

“qualquer atividade intelectual, por mínima que seja, se manifesta na linguagem e que tanto o senso comum como a religião são concepções de mundo que se expressam na linguagem, então a linguagem é uma dimensão fundamental para *apreender as formas de pensamento*”.

A leitura e a escrita não ajudam na atividade de pensar, ajudam a memória. A oratória e a retórica, procedimentos metódicos da Idade Média, tiveram que ser superadas na Idade Moderna com a educação humanística que desenvolveu uma nova “técnica de pensar”. Essa nova técnica ajudou na adoção de “critérios de juízo e de controle e corrigiu as deformações do modo de pensar do senso comum” (GRAMISCI apud DORI, 2012, p.52).

A técnica de pensa não é inata e espontânea, mas deve ser um programa de educação para elevar a consciência popular. A relação entre professor(a) e aluno(a) deve ser ativa, onde o professor(a) é aluno(a) e vice-versa. Onde a liberdade de pensamento deve ser respeitada para se alcançar a “vontade coletiva”, a unidade cultural-social e “contribuir para o progresso real da civilização” (GRAMISCI apud DORI, 2012, p.66).

A narrativa produz concepções e valores que são expostos durante o processo de ensino-aprendizagem do sujeito.

Considerar a questão de gênero e o respeito as especificidades culturais desses sujeitos na educação de jovens e adultos é relevante para adequações das práticas de aulas e das políticas públicas. O papel de homens e mulheres na sociedade é marcado por diferenças significativas e que o tratamento igualitário, no que diz respeito à política pública, contribui para a exclusão das mulheres dos cursos.

A pesquisa do IBGE (2009) indica que 45,5% da população economicamente ativa são mulheres e o para o DIEESE (2009) tem crescido a participação das mulheres no mercado de trabalho, motivado pela busca de realização profissional e pelo desemprego de seus maridos (FERREIRA, 2012).

Constatamos que estas educandas, além das dificuldades de aprendizagem ao longo tempo fora da escola, pelas trajetórias de estudos descontínuos, pelas práticas pedagógicas e metodológicas inadequadas à especificidades desses sujeitos, entre outras questões, convivem também com diversos obstáculos, tais como dificuldades financeiras, pouco apoio familiar (oposição do pai, marido e filhos), relativo abandono do poder público, no que diz respeito à falta de infraestrutura como creches e escolas no período integral para seus filhos(as) e casa de assistência aos idosos(as). (FERREIRA, 2012, p. 279-280).

A identidade feminina e masculina foi construída historicamente ao longo dos séculos. A Companhia de Jesus, nos séculos XVII e XVIII, teve importante papel na introdução de uma formação cristã através da escola. Os conventos eram utilizados para reforçar a identidade feminina no lar, o conteúdo dos estudos incluía: ler e escrever, coser, bordar, trabalhos domésticos, cuidados com os filhos e obediência aos maridos, irmãos e filhos. A lei de 15 de outubro de 1827, “determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares e de ‘escolas de meninas nas cidades e vilas mais populares’” (MATOS, 1990, p.257). O currículo para “as escolas públicas de instrução primária”, definido pela Lei Provincial de 21 de janeiro de 1837, compreendiam três classes de ensino: *Primeira classe* – leitura, escrita, as quatro operações de aritméticas, frações ordinárias e decimais, proporções, princípios de moral e doutrina cristã e da religião do Estado, gramática da língua nacional; *Segunda classe* – noções gerais de geometria teórica e prática; *Terceira classe* – elementos de geografia. “As escolas para meninas tinham o mesmo programa de ensino, com exceção de aritmética e proporções; nelas, aprendiam-se também ‘costura, bordados e mais misteres próprios para a educação doméstica’” (MATOS, 1990, p.262). No século XIX a preocupação educacional era garantir a ordem aristocrática e à mulher era reservada a atuação no ambiente doméstico.

No século XX com a mudança do modelo de desenvolvimento, baseado na industrialização e urbanização, cresceu a participação delas como trabalhadoras nas fábricas recém criadas e com isso a luta por direitos se ampliaram: salário igual a dos homens e direito ao voto.

No Instituto Federal do Espírito Santo (antiga ETFES) as mulheres foram admitidas como alunas em 1971. Os cursos técnicos não admitiam mulheres, pois o exercício da atividade não era “adequado” ao sexo frágil. Em Ata do Conselho de Professores o diretor informa: “que no próximo ano [1972] será livre a escolha para o elemento feminino, pois não podemos alterar um dispositivo constitucional” (FERREIRA, 2012, p.298-299). A contrariedade é explícita “não podemos alterar um dispositivo constitucional”, mas se fosse possível não permitir a matrícula de mulheres isso seria usado “naturalmente”. Muito bem disse Simone de Beauvoir (apud FERREIRA, 2012, 303): “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”.

E mais, o preconceito contra as mulheres aparece na fala de professores nos conselho de classe: “são alunas fracas”, “sou contra esse curso [Emjat<sup>1</sup>]” (FERREIRA, 2012, p.318). Ao longo da história da educação brasileira foi negado o direito ao livre acesso a escola e destinada às mulheres um papel de subordinação. Se não se atentar

---

<sup>1</sup> Curso de Ensino Médio para Jovens e Adultos Trabalhadores.

para a historicidade da questão de gênero e nem tão pouco para a questão do direito, não se superará a injustiça praticada contra as mulheres.

Ao se pretender analisar o discurso, a linguagem da aluna do Curso de Segurança do Trabalho do Proeja busca-se compreender a história na seguinte perspectiva:

“Há história, mas a história não é somente passado, é também presente que se faz hoje com base em critérios do que se pretende para amanhã, quando o agora já será história. Em outros termos, a criação está sempre produzindo história, e a linguagem funciona nesse duplo movimento de retomada e de criação.” (GERALDI, 2012, p. 313).

Está presente na linguagem um equilíbrio instável entre a repetição (retomada) e mudança (criação): um é e um vir a ser. O direito é uma conquista, portanto, o tratamento igualitário entre homem e mulher passa pela liberdade da mulher ao acesso a educação, sem o qual o exercício desse direito é impraticável. As condições histórico-sociais construída na relação de gênero devem ser consideradas nas ações de ensino-aprendizagem.

### **História de vida de aluna do Proeja**

-Meu nome é [Manuela<sup>2</sup>] nasci em Vitória. Tenho 3 filhos. No final do ano de 2010 eu pensei em voltar a estudar porque sentia a necessidade de arrumar um emprego mais só tinha a 6º série, muitos não acreditavam que eu voltaria porque eu abandonei a escola com 12 anos não gostava de estudar.

A realização pessoal coloca-se como a motivação da aluna em voltar a estudar. A baixa escolaridade apresentava-se como um obstáculo para “arrumar um emprego”. O primeiro obstáculo apresenta-se na forma de “muitos não acreditavam que eu voltaria”. O ambiente sócio-cultural é contrário ao projeto de Manuela: os vizinhos e os familiares. O abandono dos estudos aos 12 anos, porque não gostava de estudar, marcou profundamente as escolhas de Manuela. A consciência que precisava superar obstáculos estudantis e culturais para mudar de vida e dar condições de vida melhor para a família a faz lança-se nesta busca:

Iniciou o ano de 2011 eu me matriculei na escola [“José de Alencar”<sup>3</sup>] localizada no Bairro Santo Antonio. Eu fiz o supletivo 6º e 7º e no ano de 2012 conclui a 8º série, lá na 8º série o professor de matemática nos incentivou a nos preparar para fazer a prova aqui no Ifes. Com muita luta e dificuldade todos os dias eu fazia o possível para estar lá as 18:00hs até as 18:40hs porque eu sabia que aquele momento era muito importante para mim, mas fazendo isso tudo sem meu marido gostar, ele não aceitava, ele falava que o tempo para mim estudar era antes de eu ter filhos, mesmos assim continuei, quando eu passei aqui no ifes eu falei para ele (marido), ele ficou quieto.

---

<sup>2</sup> Nome modificado para preservar a identidade da aluna.

<sup>3</sup> Nome da escola modificado.

O retorno à escola se deu com iniciativa própria e sem o apoio do marido. Na escola encontrou o apoio do professor que a incentivou para a prova do Ifes. Um curso profissionalizante seria a forma de articular a vida e os estudos, a teoria e a prática, a sobrevivência e a realização pessoal. O cuidado dos filhos foi apresentado pelo marido como justificava para Manuela não voltar a estudar. A tarefa do cuidado dos filhos ainda é considerada papel da mulher e, portanto, “o tempo para mim estudar” havia passado. À mulher caberia conformar-se com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos encerrando suas expectativas de vida.

Hoje ele não fala nada, não reclama, mas ainda não aceita muito a idéia que eu quero concluir este curso e trabalhar.

Na cabeça do meu marido eu não dou conta de casa, crianças e trabalho.

A aprovação de Manuela no curso Proeja-Ifes provocou o silêncio do marido que “ainda” não aceitou a ideia de que ela pode concluir o curso e começar a trabalhar. Seu projeto está se realizando a revelia. Ela tem a expectativa de que ele aceite sua nova condição. Para isso, se esforça para cuidar da casa, das crianças e do estudo. Aceita a dupla jornada – trabalho no lar e estudo – como condição “natural” da mulher esperando ser um dia reconhecida como pessoa capaz de enfrentar essa situação. Essa dupla jornada, porém, a prejudica na escola:

As vezes chego atrasada na primeira aula porque tenho que primeiro levar meus filhos a escola, sem contar que quando estão doente é eu que levo. Meus dois meninos treinam futebol na segunda das 18:00hs às 20:00hs eu saio daqui pego eles na escola vou pra casa, dou lanche a eles e levo eles para o treino.

Quando tem reunião na escola ou acontece algum problema que me chamam eu vou e graças a Deus tenho dado conta de tudo isso.

A situação das mulheres das classes populares (mães, esposas, filhas) dos cursos Proeja-Ifes é marcada pela dupla jornada. Desconsiderar essa situação significa excluí-las da oportunidade de chegar à conclusão dos estudos. Sem o apoio do marido e do Estado (através de política pública às mulheres) a realização pessoal fica comprometida e a questão do direito não se efetiva na vida dessas mulheres. Os maridos, excluídos da escola motivados pela sobrevivência, são marcados pelos preconceitos de gênero, nascido do senso comum, e reforçados pelas práticas religiosas de um cristianismo popular que reserva à mulher o cuidado dos filhos, do marido e da higiene no lar. As condições de emprego e salário dos maridos levam estas esposas a também serem obrigadas a trabalhar fora do lar, mesmo com salários inferiores as dos homens, mas nem por isso seus maridos reconhecem a necessidade de mudar suas atitudes. Continuam não assumindo tarefas domésticas.

A realização da mulher fora do lar é um valor que está se consolidando e é necessário que os poderes públicos reconheçam essa mudança. Essa força de trabalho, de apoio no ambiente doméstico, passou a ser protagonista de uma nova sociedade na qual homens e mulheres assumem responsabilidades sobre o destino familiar e social.

A consciência feminina mudou com as lutas pela igualdade entre os gêneros, neste sentido, há um reconhecimento de que o trabalho fora do lar para a mulher representa hoje “progresso” e “desenvolvimento” da sociedade.

eu estou progredindo estou contribuindo para o desenvolvimento do Espírito Santo, não podemos nos conformar com os pensamentos ou opiniões dos outros, se eu tenho um objetivo eu vou lutar, e com certeza vou conseguir e se todos pensar desta forma o Espírito Santo vai melhorar mais ainda.

A superação e enfrentamento dos preconceitos estão aqui explícitos da seguinte forma: “não podemos nos conformar com os pensamentos e opiniões dos outros”. A origem dessa consciência feminina nasce na práxis. O materialismo histórico explica da seguinte maneira esse processo de construção da consciência histórica:

O que o materialismo histórico pretende é revelar que o mundo fetichizado não é independente e natural, mas que é um aspecto secundário da realidade, que oculta essa realidade, que não é exterior aos homens, mas construído e reproduzido historicamente pela práxis humana. Esse processo libera o sujeito, que não é mais apenas objeto, mas sujeito e objeto da história; [...] não sendo mais exterior ao sujeito, o objeto, a realidade social é então revelada como criação efetuada a partir de uma interpenetração dialética entre ambos – reforça-se então a dimensão revolucionária da Filosofia da Práxis. (LIMA, 2012, p.122-123).

O sujeito (Manuela) ganha consciência que o objeto (realidade social: o machismo) é uma construção do sujeito (“pensamentos e opiniões dos outros”). Manuela deixa de ser vítima (objeto) da realidade socialmente construída e passa a “não podemos nos conformar” (e percebe-se sujeito). É um passo importante na construção da sua autonomia. As concepções e valores são resignificados para atender ao sujeito em construção.

Na narrativa de Manuela o tempo é percebido como mudança: “ele falava que o tempo para mim estudar era antes de eu ter filhos, mesmo assim continuei”. Mas a percepção da mudança ainda está dentro da “lógica” machista, da cultura burguesa: “Na cabeça do meu marido eu não dou conta de casa, crianças e trabalho”. A percepção é individual e não coletiva: “eu estou progredindo”; “eu tenho um objetivo eu vou lutar”; “vou conseguir”.

A nova cultura, nascida do confronto entre a cultura burguesa e cultura subalterna, trará a consciência crítica e a emancipação política. A cultura é um processo coletivo e contra-hegemônico; permite a tomada de consciência da realidade que se deseja transformar. O direito à educação pode se transformar para Manuela em um momento dessa tomada de consciência da realidade machista e burguesa em que vive. Para que a Revolução Burguesa Francesa ocorresse houve disseminação de uma nova cultura através dos livros: “foi preparada por um exército invisível de livros, de opúsculos que eram espalhados como um enxame desde Paris, em fins da metade do século XVIII e que vinham preparando homens e instituições para a renovação necessária” (GRAMSCI apud WEBER, 1998, p.118).

A construção de uma nova consciência pode ser percebida na narrativa: “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limite, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIM, 1994, p.37.). No processo de se construir sujeito da história Manuela recontará o vivido no horizonte da emancipação feminina, deixando de

ser apenas uma conquista individual passando a ser emancipação geral da sociedade: igualdade e liberdade de gênero e social.

As políticas públicas devem está a serviço dos direitos sociais. Marx e Engels tiveram um papel importante ao conceber o ser humano como sujeito da sua própria história pessoal e coletiva e defender que a realidade social é uma construção humana e permanente. Suas ideias foram fundamentais para a mudança na sociedade capitalista no século XX: a criação dos direitos sociais. Direito ao trabalho, a previdência pública, à saúde e a educação. Essas conquistas foram realizadas com a organização sindical e a luta política de partidos atrelados aos interesses da classe trabalhadora.

A crise do Estado Bem-Estar Social a partir de 1970 levou a reação teórica através do neoliberalismo. A ideia de estado mínimo e a retirada dos direitos sociais entraram na pauta da política estatal. A mudança do padrão de acumulação capitalista levou à defesa das privatizações das empresas estatais, ao endividamento público e a mercantilização da saúde e educação.

O esgotamento da política neoliberal na primeira década do século XXI levou a eleição de governos de base sindical ou de compromissos populares na América Latina. No Brasil a criação do Proeja e da necessidade de uma educação integral e cidadã tem levado aos bancos escolares populações excluídas do direito à educação. As mulheres particularmente tem sido as mais prejudicadas no acesso e na permanência apontadas na narrativa de Manuela, do curso Proeja-Ifes-Vitória.

A narrativa de Manuela expressa uma forma tradicional de pensar, mas não esconde um desejo de libertação através dos estudos e de trabalho fora do lar. Numa sociedade democrática e de direito isso não pode deixar de ser relevante para o cumprimento das garantias constitucionais.

Concluimos com as palavras de GERALDI:

“o futuro exige atitudes de pilotagem, e não surfagem, e essa, a pilotagem, parece implicar desenhos utópicos no presente, irrealizáveis como totalidade no futuro, porque este exigirá sempre novos esboços, já que o futuro, como diz Paulo Freire, é uma tarefa permanente de transformação.” (GERALDI, 2012, p.305-306).

#### Referência bibliográfica

BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura história da cultura**. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994. p.37.

DORI, Rosemary. **Linguagem e Técnica de pensar em Gramsci: elevação cultural das massas e conquista da hegemonia civil**. In: FICHTNER, Bernd...[et al.] orgs. *Cultura, dialética e hegemonia: práticas pedagógicas e pesquisas em educação*. Vitória: EDUFES, 2012.

FERREIRA, Maria José de Resende. **Relações de Gênero e Escolarização: o percurso formativo do público feminino da Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional**. In: OLIVEIRA, Edna (orgs.) *Eja e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja*. Brasília: Líber, 2012.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem, Pensamento Crítico e Educação.** In: FICHTNER, Bernd...[et al.] orgs. Cultura, dialética e hegemonia: práticas pedagógicas e pesquisas em educação. Vitória: EDUFES, 2012.

LIMA, Marcelo. **A Dialética do Trabalho: uma abordagem sobre a relação entre trabalho e educação.** In: FICHTNER, Bernd. (orgs.) Cultura, Dialética e Hegemonia: Pesquisas em Educação, Vitória: EDUFES, 2012.

OLIVERIA, Ivone Martins de. **A narrativa como possibilidade de abordagem dos conhecimentos produzidos pelo professor sobre sua prática.** In: JESUS, Denise Meyrelles (orgs.). Inclusão Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa. 3ª edição, Porto Alegre: Ed. Mediação, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema – a formação do Estado nacional.** 2ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

WEBER, Sueli Wolff. **Gramsci e Vygotsky: na Educação para os excluídos.** Tese (mestrado em educação) da Universidade Federal de Santa Catarina, 1998,